

Agenda

O CNE está reunido no Rio de Janeiro esta semana para várias atividades. Dirigentes sindicais de todo país estão presentes nas atividades.

Ontem aconteceu a 6ª reunião da Comissão da PLR/2015 com a Eletrobras pela manhã e à tarde avaliação e deliberações do CNE sobre o Termo de Pactuação de pagamento da PLR 2018.

Hoje pela manhã continuam as discussões e encaminhamentos do calendário de luta do CNE contra a privatização da Eletrobras e à tarde reunião com a Eletrobras/Diretoria de administração sobre Regulamentos e Normas de Gestão de pessoas, e também sobre as Resoluções da CGPAR a ELETROBRAS que acontecerá junto com a discussão de Regulamentos e Normas.

Na próxima edição traremos relatos destas reuniões.

Justiça Feita

No dia 06/12, por determinação da Justiça do Trabalho, ocorreu a reintegração do empregado da Chesf e Dirigente Sindical do SINDURB-PE, Gerson Francisco dos Santos Júnior. Gerson havia sido injustamente demitido há algumas semanas, vítima da retaliação da direção da Chesf às ações sindicais contra a privatização. O Juiz declarou a nulidade da dispensa por justa causa e determinou o imediato pagamento dos salários vencidos no período. Foi uma importante vitória de todos os trabalhadores, que tiveram a reafirmação do seu direito à manifestação e ação sindical. Pinto Jr e seus asseclas não irão intimidar os trabalhadores, seguiremos denunciando seus malfeitos e trabalhando em defesa da Eletrobras Pública.

CNE define estratégia para 2019

A luta seguirá firme em favor dos direitos dos trabalhadores do setor elétrico e contra a entrega do patrimônio do povo! A Eletrobras é nossa!

O CNE esteve reunido nos dias 04 e 05 de dezembro, na FNU, no Rio de Janeiro, quando realizou uma ampla discussão da conjuntura política, do cenário energético e do cenário interno Eletrobras. Após os debates foram definidas cinco ações prioritárias a serem tocadas pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários.

Ações

1- Parlamento: monitorar as ações no Congresso, articular as bancadas, analisar o material já feito, produzir o material necessário

2- Sociedade: buscar ampliar a discussão sobre os efeitos das mudanças do setor elétrico, para isso, aumentar a articulação com a Plataforma Operária e Campesina da Água e Energia, envolver a sociedade e movimentos sociais populares organizados.

3- Governo: buscar a interlocução com a equipe de transição para fazer o contraponto às informações que são enviadas

4- Eletrobras: monitorar e concentrar as

ações que tangem às questões internas da Eletrobras

5- Reestruturação do CNE: necessidade de reformular a organização atual do CNE, buscando trazer as representações das empresas privadas.

Para dar conta dessas ações, é necessário retomar algumas assessorias cujos contratos foram sendo findados ao longo deste ano:

- assessoria jurídica
- assessoria de comunicação
- assessoria parlamentar

Como se sabe, os sindicatos de modo geral passam por dificuldades financeiras, com a diminuição das receitas impostas pela extinção do imposto sindical e pela redução do número de trabalhadores em função dos sucessivos programas de demissão nas empresas. Portanto, para continuar a fazer frente contra a privatização da Eletrobras e os ataques aos direitos dos eletricitários/as, o CNE propõe restabelecer as assessorias retomando o procedimento de rateio das despesas entre as Federações e as Intersindicais que compõem o Coletivo. A Intersul, por sua vez, já avalia a possibilidade de retomar a campanha de arrecadação extraordinária realizada este ano cujos valores arrecadados bancaram as campanhas contra a privatização vistas em outdoors, busdoors e ações judiciais contra medidas privatizantes. A luta em defesa das empresas públicas e pela manutenção dos direitos continuará sendo o maior desafio dos trabalhadores no ano novo que se aproxima.



Pesquisa na Celesc



Como há vários anos no final do ano o representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes, realiza uma pesquisa de avaliação da sua atuação no CA. A pesquisa pode ser respondida acessando o e-mail ou através da página da Celnet (existe um link enorme na tela inicial da Celnet, logo abaixo da pesquisa de "ser celesquiano").

Esta pesquisa é muito importante. Sonda a opinião dos empregados e permite ao conselheiro representá-los melhor. Leandro pede a todos que ao responderem ao questionário sejam francos e façam sugestões e manifestações com críticas (positivas ou negativas).

Para responder a pesquisa basta clicar no link (pode ser respondida pelo celular mesmo) https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdwo021DSgfWgHeo9J_TzcP6udNwFxutzAmv3CJDy3TnrgJYA/viewform?c=0&w=1

Assuntos importantes em análise na reunião do Conselho de Administração

Hoje, dia 13, acontece reunião do Conselho de Administração da Celesc com uma pauta de 17 pontos. Destaque para a aprovação do orçamento e do contrato de gestão de 2019, a revisão dos termos de comodato das Abecelesc, a política de remuneração dos diretores (salário dos empregados ex-diretores) e a nomeação do novo presidente da Celesc. O Conselheiro eleitos pelos empregados convocou ainda o comitê de elegibilidade para examinar a indicação do novo presidente da empresa, Cleicio Martins

Direção da Eletrobras joga meritocracia no lixo e descumpra acordo

Em agosto de 2018, a direção da Eletrobras informou que para o ciclo 2017 do SGD seriam avaliadas "apenas as competências e que não haveria avaliação de metas". Em 05/11/18, a Diretoria Executiva da Eletrobras aprovou a Res. nº 771/18 que determina que o SGD 2018 esteja condicionado à pactuação de metas em todas as empresas da Eletrobras; que não ocorra a distribuição do mérito do Ciclo 2017 em todas as empresas do Sistema, além da proibição do pagamento de mérito com base apenas em avaliação de competências.

A Direção da Eletrobras rasga as Normas da Empresa e os Termos de Compro-

misso assinados. A seu bel-prazer manipula e quebra as regras, sempre em prejuízo dos trabalhadores. Justifica a ruptura de um compromisso, sem negociação e prévio aviso, pela "conjuntura econômica e financeira das empresas". As metas foram cumpridas, como fora acordado, mas o mérito não será concedido, porque falta compromisso da atual gestão da Eletrobras como os direitos dos trabalhadores.

As Entidades de Representação usarão os meios legais para fazer valer os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, ao contrário das covardias e métodos pouco ortodoxos adotados pela atual gestão da Eletrobras.



Fim do Ministério do Trabalho

Cortes de direitos, criminalização e desregulamentação

O governo Bolsonaro anunciou que o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) irá "desaparecer" e que suas atribuições serão fatiadas em três partes. Uma vai ficar no comando do Ministério da Fazenda, outra com o Ministério da Cidadania e a parte responsável pelos registros e concessão de cartas sindicais ficará com o Ministério da Justiça, cujo ministro será o juiz Sergio Moro, o que vai criminalizar a ação sindical.

Dias depois deste anúncio o presidente eleito, Jair Bolsonaro, defendeu, em reunião com bancada do MDB, um aprofundamento da reforma trabalhista que foi aprovada no ano passado pelo Congresso. De acordo com Bolsonaro, "é horrível" ser patrão no Brasil com a legislação atual.

Após o anúncio entidades sindicais criticaram a decisão que, para elas, expõe o descaso do futuro governo com os trabalhadores e seus direitos, além de precarizar as condições de trabalho. Criada em 1930, a pasta do Trabalho, ao longo desses quase 90 anos, teve papel importante nas políticas de criação de emprego, na fiscalização das leis trabalhistas e na interlocução tripartite entre governo, empresas e trabalhadores, agora ameaçadas com a proposta do novo governo.

"Bolsonaro não acaba com o Ministério da Indústria e do Comércio, ele não acaba com o ministério que atende aos interesses do agronegócio, mas acaba com o ministério que trata de assuntos relativos aos interesses da classe trabalhadora", adverte o presidente nacional da CUT, Wagner Freitas. O vice-presidente da CUT São Paulo, Valdir Fernandes, o Taref, ressalta ainda riscos de perseguição aos movimentos sindicais pelo ex-juiz Sérgio Moro. "Porque (os sindicatos) são os que defendem os direitos dos trabalhadores. (...) Para

nós, é um grande retrocesso. É um governo que não tem consistência, são pessoas que não conhecem de fato o governo e acho que eles vão jogar o Brasil, a partir de 1º de janeiro, em um precipício sem tamanho", analisou.

Além da repercussão negativa em relação às perspectivas de criação de empregos e dos retrocessos trabalhistas, o presidente do Sindicato dos Bancários da Região do ABC Paulista, Belmiro Moreira, analisa que a decisão pode precarizar e dificultar a fiscalização das condições degradantes de trabalho em todo o Brasil, assim como do trabalho escravo infantil, investigados hoje pelo MTE.

"Sabemos que mesmo estando no século 21, muitos trabalhadores ainda são submetidos a condições análogas à escravidão e o Ministério do Trabalho tem o papel importante de fiscalizar e combater isso. Quando a gente vê o governo eleito defender o fim do Ministério, a gente entende que eles estão defendendo o interesse de quem os apoiou, os grandes empresários que querem acabar com os direitos dos trabalhadores", critica Moreira.

O fim do ministério tem um simbolismo grande no Brasil. As origens da pasta remetem ao início da era Vargas no Brasil. Sua criação foi uma das primeiras medidas tomadas por Getúlio Vargas após chegar ao poder, com a Revolução de 1930. As principais centrais sindicais também criticaram o fim da pasta do Trabalho.

A medida viola também vários artigos da Constituição e Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que já foram ratificadas pelo Brasil.

Fascismo, teu novo nome é Consumismo

FRAN ALAVINA
CORREIO DA CIDADANIA

Mesmo após sua morte atroz, em novembro de 1975, Pasolini não deixou de incomodar. Uma de suas últimas polêmicas, expressa nos seus textos (Scritti Corsari e Lettere Luterane), bem como no seu último filme Salò, era a afirmação do nascimento de um novo tipo de fascismo. Desta nova forma de totalitarismo disfarçado, o pensador italiano estava bem certo. Exatamente por isso, ocupava uma posição de deslocamento entre os intelectuais de seu tempo. Os contemporâneos viam seu diagnóstico do presente como algo exagerado. Uma visão que, segundo eles, diria muito mais sobre a personalidade de Pasolini do que sobre seu próprio tempo.

Enquanto todos se contentavam com os avanços do estado de bem-estar social e estavam inebriados com o maio de 68, dificilmente poderiam compreender que Pasolini não se reportava aos riscos da volta do fascismo histórico, como aquele de Mussolini. Tratava-se, na verdade, de uma mutação do fascismo histórico, cuja gênese estava justamente naquilo que o estado de bem-estar social comportava em seu interior e era um dos motivos de sua expansão: o consumismo. Ao mesmo tempo em que surgia uma nova cidadania, das benesses da social-democracia, esta também ensejava um novo modelo de homem e mulher: o consumidor.

Hoje, com a volta da extrema direita e sua chegada ao poder em alguns países, os ambientes intelectuais ora se veem imóveis, incapazes de diagnosticar com precisão um fenômeno que aparece dramaticamente como algo inesperado, ora se movimentam para atestar sua existência — mas buscam compreendê-lo segundo o parâmetro do fascismo histórico. Logo, deixam escapar os novos elementos e as novas determinações.

É claro que o fascismo histórico não pode ser esquecido, pois é o modelo mais acabado do que foi um Estado fascista, institucionalmente falando.

Ocorre que, como apontava Pasolini, o novo fascismo não é, em primeiro lugar, institucional — mas sim uma nova forma de vida jamais vista, e por isso mais difícil de ser combatida.

Ele esconde dentro de si uma nova lógica de poder, está mais arraigado nos indivíduos que em instituições ou oficialidades declaradas. Por isso, Pasolini referia-se a uma nova forma de poder: "anárquico", sem centro específico e sem uma estética que pretensamente expresse identidade homogênea — ao contrário do que foi o fascismo histórico.

A negação da diferença não seria, advertiu o pensador italiano, feita pela força bruta. Decorria da não aceitação de qualquer forma de vida individual ou social que não pudesse ser transformada em mercadoria — isto é, que não se adaptasse ao consumo. Como era necessário que o consumo acompanhasse o aumento da produção, o novo cidadão do estado de bem-estar social deveria ser levado cada vez mais à mercantilização da vida.

Daí que durante as ocorrências do maio de 68 pela Europa, Pasolini já denunciava seus limites e a acomodação do espírito de rebeldia pelo mercado.

Própria rebeldia perdia sua valência política e tornava-se uma marca, um slogan. As novas formas de comportamento, quanto mais possam parecer novas, mais se acomodam ao consumo que já faz de si mesmo a imagem da única novidade possível.

Este novo fascismo, que ao que parece só Pasolini conseguia ver, seguia os passos do fascismo histórico, pois instaurava uma nova linguagem: pobremente denotativa, como fora aquela que se materializava nos discursos de Mussolini.

Assim, o novo fascismo trazia consigo um novo gestual que, segundo as palavras de Pasolini, impedia que se pudesse diferenciar, na Europa, um jovem das classes populares de um jovem burguês. Os dois já falavam do

mesmo jeito, já gesticulavam do mesmo modo: enfim, todo o campo da expressividade havia se tornado único. Desfazendo, desse modo, qualquer referência às diferenças entre classes sociais. Ora, não era o sonho do fascismo histórico produzir um tipo de sociedade radicalmente homogênea?

Não parece, pois, ser mera coincidência que hoje os gestos e a linguagem da extrema direita tenham se tornando tão aderentes nas redes sociais. Também sendo pobremente denotativa, a linguagem das redes sociais levou o consumo ao seu ponto máximo: já não se consomem coisas, pode-se consumir pessoas.

A transformação das subjetividades em algoritmos impõe um novo padrão de homogeneidade. Aqueles que já não falam a língua das redes, mesmo fora delas, tendem a desaparecer, pois só aqueles que falam a língua do consumo imediato permanecem. Não é pura ocasionalidade que os políticos de extrema direita falem como se youtubers fossem. Trump não discursa como se estivesse no twitter? Mas essa nova linguagem pressupõe aderência entre os falantes: portanto, supõe que os falantes já se identifiquem apenas como consumidores.

Também não é mera coincidência que o atual estado de coisas a que chegamos no Brasil tenha sido precedido por uma ascensão e crise das classes populares ao consumo. A classe trabalhadora, falsamente identificada como nova classe média, passou a ver a si mesma como consumidora, mais do que com qualquer outra identidade. O mesmo movimento se deu naqueles países europeus mais afetados com a crise econômica de 2008.

Os antigos consumidores jogados para fora dos padrões de consumo não se voltam mais, como outrora, aos partidos trabalhistas ou de centro-esquerda (pois foram estes os principais fiadores da social-democracia e seu estado de bem-estar). Não se veem mais como trabalhadores expropriados, mas como consumidores incapazes de consumir.

A afirmação da identidade de classe foi perdida. Por isso, no caso brasileiro, por exemplo, não aparece como contradição seguir um discurso que promete a volta dos empregos por meio de uma agenda neoliberal extrema e que ao mesmo tempo retira direitos dos trabalhadores.

Se o fascismo histórico se guiava pela noção de um aparelho estatal grande e forte, o novo fascismo pode aderir ao estado mínimo justamente por não se tratar mais de instituições, mas de formas de vida que consomem a si mesmas. Logo, a aderência do discurso da meritocracia, que cria a imagem da sociedade como um grande aglomerado de indivíduos em eterna concorrência.

Incapaz de engendrar qualquer forma de solidariedade social, esta noção consumista e individualista de si mesmo é um prato cheio para discursos do culto da força, pois a violência já internalizada pelos indivíduos concorrentes torna-se completamente naturalizada.

Não por outro motivo, Pasolini apontava que o novo fascismo era muito mais perverso que o fascismo histórico. "Estamos todos em perigo!", dissera ele, nem tanto aos seus contemporâneos, mas a nós, 40 anos depois de seu assassinato. É porque estamos todos em perigo que precisamos vencê-lo. Não apenas pela resistência e uma nova superação eleitoral das forças políticas que encarnam o novo fascismo, pois trata-se mesmo da criação de uma nova forma de vida.

Final, nunca se pode esquecer que a democracia não é simplesmente uma forma de governo, porém, uma forma de vida: talvez a única que se possa dizer plenamente vida.

Fran Alavina é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da USP. Mestre em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP.

LV

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação eletrônica que compõem os coletivos INTERCEL e INTERSUL
Jornalistas responsáveis Marilí Cristina Scamozzon e Rubens Lopes
Conselho Editorial: Patrícia Mendes
Rua Max Galin, 2308, Jaraguá, SP
CEP 08216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
A materialização das ideias aqui respondidas necessariamente não é opinião do jornal.



Cavalaria da polícia avança sobre estudantes que realizavam missa pela morte do estudante Edson Luís, em 1968. "Esse dia foi um massacre total" relembra o fotógrafo.



Estudante de medicina durante protesto na Cinelândia



Imagem emblemática de João da Baiana, Clementina de Jesus, Pixinguinha e Donga durante a Passeata dos Cem Mil contra a censura e ditadura militar.

Nos idos de 68

2018 marca os 50 anos do movimento de 1968, que teve seu apogeu no maio de 68, na França, e tornou-se ícone de uma época onde a renovação dos valores veio acompanhada pela proeminente força de uma cultura jovem. A liberação sexual, a Guerra no Vietnã, os movimentos pela ampliação dos direitos civis compunham toda a pólvora de um barril construído pela fala dos jovens estudantes da época. Os saudosistas do maio de 1968 o veem como um momento memorável na história da liberdade e dos direitos humanos

Mesmo sem alcançar algum tipo de conquista objetiva, o movimento indicou uma mudança de comportamentos. As artes, a filosofia e as relações afetivas seriam o espaço de ação de um mundo marcado por mudanças.

A explosiva revolta estudantil e operária que mudou para sempre o Ocidente completa 50 anos. Por exemplo os trabalhadores franceses realizaram neste ano uma greve geral de várias semanas que desembocou em acordos trabalhistas que representaram um aumento de 35% do salário mínimo.

No Brasil tivemos também nosso 68 e seu apogeu foi a Marcha dos 100 mil, uma manifestação popular contra a Ditadura Militar no Brasil, organizada pelo movimento estudantil. Ela aconteceu em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira. Prisões e arbitrariedade eram as marcas da ação do governo militar, relativamente às crescentes manifestações de protesto dos estudantes contra a ditadura que se instalara no país, em 1964. A repressão policial atingiu seu apogeu no final de março de 1968, com a invasão do restaurante universitário "Calabouço", onde os estudantes protestavam contra a elevação do preço das refeições. Durante a invasão, o comandante da tropa da PM, aspirante Aloísio Raposo, matou o secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, com um tiro à queima roupa no peito. O fato, que comoveu todo o país, serviu para acirrar os ânimos.

O fotojornalista Evandro Teixeira que, à época, trabalhava para o Jornal do Brasil, tornou-se o autor das fotos mais representativas da Passeata dos Cem Mil espostas nesta página.